



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
COLEGIADO PLENO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

**RESOLUÇÃO Nº 02/2011**

Aprova o Regimento Interno do Instituto Materno Infantil Dr. Júlio Maria Bandeira de Mello doado à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

O Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, no uso das atribuições que lhe são conferidas estatutária e regimentalmente, e

Considerando a Lei nº 1.953/2011 e a Lei nº 2.005/2011, ambas do Município de Cajazeiras;

Considerando o Termo de Compromisso assinado, em 25 de abril de 2011, pelo Magnífico Reitor da UFCG e pelo Prefeito Constitucional de Cajazeiras, e

À vista da deliberação adotada pelo plenário deste Colegiado, em reunião ordinária realizada no dia 26 de outubro de 2011 (Processo Nº 23096.022624/11-65),

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** Fica aprovado, nos termos do Anexo Único desta Resolução, o Regimento Interno do Instituto Materno Infantil Dr. Júlio Maria Bandeira de Mello – IJB.

**Art. 2º** O Regimento entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim de Serviço desta Instituição.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

Colegiado Pleno do Conselho Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, em Campina Grande, 26 de outubro de 2011.

**THOMPSON FERNANDES MARIZ**  
**Presidente**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
COLEGIADO PLENO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

**ANEXO ÚNICO DA  
RESOLUÇÃO Nº 02/2011**

**INSTITUTO MATERNO INFANTIL DR. JÚLIO MARIA BANDEIRA DE MELLO**

**REGIMENTO INTERNO  
2011**

## **CAPÍTULO I NATUREZA JURÍDICA**

**Art. 1º** O Instituto Materno Infantil Dr. Júlio Maria Bandeira de Mello – IJB, CNPJ 10.933.233/0001-09, é um órgão suplementar da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, vinculado à Reitoria, para efeito de planejamento, coordenação geral e acompanhamento das atividades por ele desenvolvidas.

## **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** São objetivos do IJB:

I – desenvolver e apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e das ciências afins;

II – desenvolver ações e serviços para promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde da comunidade;

III – participar da formação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a área de saúde e das ciências afins, dentro de parâmetros éticos e bioéticos;

IV – firmar-se como hospital de referência e contra-referência do Sistema Único de Saúde – SUS.

## **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 3º** A administração do IJB compreende:

I – Conselho Deliberativo

II – Diretoria Executiva

### **Seção I Do Conselho Deliberativo**

**Art.4º** O Conselho Deliberativo é constituído de:

I – Diretor Geral do IJB;

II – Diretor Administrativo do IJB;

III – Diretor Médico-Assistencial do IJB;

IV – Diretor do Centro de Formação de Professores – CFP – da UFCG ou sua representação;

V – Coordenador do Curso de Medicina do CFP;

- VI – Coordenador Curso de Enfermagem do CFP;
- VII – Coordenador de Estágio do Curso de Medicina do CFP;
- VIII – Coordenador de Estágio do Curso de Enfermagem do CFP;
- IX – Coordenador da Residência Médica do Curso de Medicina do CFP;
- X – Representante do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos;
- XI – Representante discente do Curso de Enfermagem do CFP;
- XII – Representante discente do Curso de Medicina do CFP;
- XIII – Representante discente da Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras – ETSC;
- XIV – Representante da Secretaria de Cidadania e Promoção Social do Município de Cajazeiras;
- XV – Representante da Nona Gerência Regional de Saúde do Estado da Paraíba;
- XVI – Presidente do Conselho Municipal de Saúde ou sua representação;
- XVII – Três representantes dos usuários de serviços de saúde, indicados pelo Conselho Municipal de Saúde, com mandato de um ano, permitida a recondução por mais um ano.
- XVIII – Dois representantes do quadro permanente de servidores técnico-administrativos em efetivo exercício, ambos indicados por seus pares, com mandato de um ano, sendo permitida a recondução por mais um ano;

**Parágrafo único.** Cada representação terá direito a uma suplência, sem direito a voto de qualidade.

**Art. 5º** A Presidência do Conselho será exercida pelo Diretor Geral do IJB e, em suas faltas ou impedimentos, pelo Diretor do CFP.

**Parágrafo único.** Na ausência deste último, assumirá a Presidência um dos Diretores Executivos, conforme o disposto no Art. 8º deste Regimento, sem direito a voto de qualidade.

**Art. 6º** O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por requerimento de, no mínimo, metade mais um de seus membros, indicados os motivos da convocação.

§ 1º Este Conselho somente se reunirá com mais da metade de seus membros e deliberará por maioria de votos.

§ 2º Poderão participar das reuniões deste Conselho, com direito a voz, quando convidados, os Assessores da Diretoria Geral, os Coordenadores Administrativos, Coordenadores Acadêmicos, e outros a critério do Conselho.

§ 3º O comparecimento às reuniões deste Conselho é obrigatório e preferencial a quaisquer outras atividades, à exceção das reuniões dos Órgãos Deliberativos Superiores da UFCG e dos órgãos superiores dos quais participarem os demais integrantes.

§ 4º Quando da apreciação das contas e relatórios financeiros da Diretoria Executiva, aqueles que a integram não terão direito a voto.

§ 5º Das decisões deste Conselho, caberá recurso ao Colegiado Pleno da UFCG, no prazo de dez dias, a contar da ciência do interessado ou da publicação oficial do ato.

§ 6º Será impedido de votar matéria referente ao artigo 7º, inciso XII, o dirigente que estiver em julgamento.

§ 9º Os membros não natos deste Conselho terão mandato de um ano, sendo-lhes permitida apenas uma recondução.

**Art. 7º** Ao Conselho Deliberativo, órgão com funções normativa, deliberativa, de planejamento e de fiscalização do IJB, compete:

- I – deliberar sobre o plano de metas do IJB, definindo critérios e prioridades;
- II – acompanhar o cumprimento do plano de metas, a execução orçamentária e os desdobramentos de convênios e parcerias celebradas;
- III – acompanhar a execução dos planos de trabalho, projetos e atividades no âmbito do IJB;
- IV – deliberar sobre contratos de prestação de serviços;
- V – deliberar sobre os relatórios de gestão e desempenho;
- VI – apreciar e encaminhar, à Reitoria, acordos, convênios e contratos, com entidades públicas ou privadas nacionais ou internacionais;
- VII – analisar pedidos de afastamento, remoção e redistribuição de servidores, licenças para tratar de assuntos particulares, cessão para outras entidades municipais, estaduais ou federais, sediadas no estado da Paraíba ou noutra estado da federação, respeitando as necessidades de serviço do IJB e a legislação pertinente;
- VIII – fixar política de assistência à saúde, harmonizada com o SUS e com os objetivos da UFCG, no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão;
- IX – decidir sobre proposta do quadro de recursos humanos do IJB, estabelecendo critérios e padrões de seleção;
- X – zelar pela manutenção de assistência humanizada, do ensino de qualidade dentro de padrões técnicos e eticamente aceitáveis;

XI – propor, ao Reitor, a destituição de Diretores, em decorrência de atos de improbidade administrativa, incapacidade técnica ou ética, na forma da lei e do Estatuto da UFCG;

XII – propor modificações deste Regimento, submetendo-as ao Colegiado Pleno;

XIII – deliberar sobre outros assuntos de interesse do IJB, que se incluïrem em suas atribuições;

XV – instituir a Ouvidoria do IJB;

XVI – definir a composição do Corpo Clínico.

## **Seção II Da Diretoria Executiva**

**Art. 8º** A Diretoria Executiva, órgão executivo da administração, que coordena, fiscaliza e superintende as atividades do IJB, possui a seguinte estrutura:

I – Diretoria Geral

II – Diretoria Administrativa

III – Diretoria Médico-Assistencial

**Parágrafo único.** Cada Diretoria contará com uma Secretaria Executiva, com estrutura e atribuições propostas pela respectiva diretoria e homologadas pelo Conselho Deliberativo.

### **Subseção I Da Diretoria Geral**

**Art. 9º** A Diretoria Geral é o órgão de gerenciamento global, para efeito de implementação, coordenação e acompanhamento das atividades que se desenvolvem no IJB.

**Art. 10.** Ao Diretor Geral compete:

I – elaborar o Plano Anual de Metas do IJB auxiliado pelas Diretoria Administrativa e Médico-Assistencial, e submetê-lo a análise e aprovação do Conselho Deliberativo até o 5º dia útil do mês de dezembro de cada ano civil.

II – analisar relatórios trimestrais das Diretorias Administrativa e Médico-Assistencial;

III – encaminhar ao Conselho Deliberativo as demandas das diretorias;

IV – autorizar compra de materiais e equipamentos e a execução de obras e serviços;

V – ordenar despesas;

VI – movimentar, conjuntamente com o Diretor Administrativo, a conta bancária do IJB;

VII – manter a disposição do Conselho Deliberativo, para consulta, demonstrativo atualizado da evolução contábil e financeira do IJB;

VIII – apresentar semestralmente, ou quando solicitado pelo Conselho Deliberativo ou instâncias competentes, relatório de prestação de contas, demonstração contábil e financeira e produtividade dos serviços do IJB.

IX – propor ao Conselho Deliberativo acordos, convênios e contratos, com entidades públicas ou privadas nacionais ou internacionais;

X – determinar a realização de sindicância e encaminhar ao Conselho Deliberativo e demais órgãos competentes o relatório final e conclusões;

XI – destituir chefes de divisão, membros de comissão, coordenadores setoriais, supervisores de unidades e serviços, em decorrência de atos de improbidade administrativa, incapacidade técnica ou ética, na forma da lei e do Estatuto da UFCG;

XII – submeter ao Conselho Deliberativo a destituição de Diretores em decorrência de atos de improbidade administrativa, incapacidade técnica ou ética, na forma da lei e do Estatuto da UFCG;

XIII – propor a alienação de bens móveis e imóveis;

XIV – solicitar o pronunciamento do Conselho Deliberativo, para solução de problemas no campo do ensino, da pesquisa, extensão e das atividades assistenciais e administrativas, quando necessário.

XV – representar o IJB em juízo ou fora dele;

XVI – aplicar medidas que visem garantir a produtividade e o combate ao desperdício e ociosidade operacionais;

XVII – cumprir e fazer cumprir os atos normativos de decisões emanadas do Conselho Deliberativo;

§ 1º Para o pleno desenvolvimento das suas competências, o (a) Diretor(a) Geral poderá contar com Assessorias Especiais, criadas mediante análise e aprovação pelo Conselho Deliberativo, quanto às necessidades e finalidades.

§ 2º A estrutura e atribuições das Assessorias Especiais serão propostas pelo Diretor Geral e homologadas pelo Conselho Deliberativo.

**Art. 11.** O Diretor Geral é substituído nas suas ausências e impedimentos pelo Diretor Administrativo ou Diretor Médico-Assistencial, nesta ordem.

**Parágrafo único.** Na ausência dos diretores referidos no *caput*, responderá pelos problemas assistenciais e administrativos de solução imediata, qualquer chefe de

departamento ou divisão das respectivas diretorias que esteja presente, e, na ausência deles, o médico plantonista ou enfermeiro.

## **Subseção II** **Da Diretoria Administrativa**

**Art. 12.** A Diretoria Administrativa é o órgão destinado à implementação, coordenação, supervisão e controle de todas as atividades administrativas do IJB.

**Art. 13.** O Diretor Administrativo, subordinado diretamente ao Diretor Geral, é o responsável pela direção, coordenação, supervisão e controle das atividades inerentes a:

- I – Divisão de Recursos Humanos;
- II – Divisão de Contabilidade e Finanças;
- III – Divisão de Materiais;
- IV – Divisão de Planejamento e Custos;
- V – Divisão de Infra-Estrutura e Serviços Gerais;
- VI – Comissão Permanente de Licitação;
- VII – Auxiliar na ordenação de despesas.

**Parágrafo único.** A estrutura e atribuições das Divisões e da Comissão Permanente de Licitação, referidas neste artigo, serão propostas pelo Diretor Administrativo e homologadas pelo Conselho Deliberativo.

**Art. 14.** São atribuições do Diretor Administrativo:

I – desenvolver atividades relacionadas com o planejamento, organização, orientação, coordenação, decisão, execução e implementação das políticas e diretrizes da área de sua competência;

II – administrar a concessão, implementação e consolidação das previsões e execuções orçamentárias;

III – administrar as atividades relacionadas ao controle, conservação, movimentação e manutenção preventiva de instalações físicas, equipamentos, máquinas e mobiliário do IJB;

IV – estabelecer programas de reposição de estoques, definindo prioridades relativas às compras;

V – organizar e manter o sistema integrado de informação de natureza contábil e financeira para fins gerenciais;

VI – examinar projetos e propostas feitos pelos diversos setores do IJB, no que se refere à disponibilidade de recursos e ao seu impacto sobre os custos hospitalares;



VII – desenvolver plano de trabalho integrado com as demais Diretorias;

VIII – acompanhar e controlar a execução de convênios e contratos;

IX – elaborar relatórios trimestrais de evolução das atividades da Diretoria Administrativa;

X – propor ao Diretor Geral a substituição do Chefe de Divisão quando a análise das atividades de determinada Divisão apontar falhas técnicas e/ou éticas incompatíveis com o exercício da função;

XI – representar a Diretoria Administrativa no Conselho Deliberativo;

XII – fazer cumprir escala de serviços e horário de trabalho dos recursos humanos do IJB, de acordo com o que determina a legislação especial sobre o assunto;

XIII – aprovar a escala de férias dos recursos humanos do IJB;

XIV – emitir parecer sobre a redistribuição de servidores lotados no IJB para outra unidade, ou destas para o IJB.

### **Seção III** **Da Diretoria Médico-Assistencial**

**Art. 15.** A Diretoria Médico-Assistencial subordinada diretamente à Diretoria Geral, é responsável pela direção, coordenação, supervisão e controle das atividades inerentes a:

I – Departamentos vinculados à Diretoria Médico-Assistencial;

II – Divisão de Assistência Hospitalar;

III – Divisão de Assistência Ambulatorial;

IV – Coordenações Setoriais;

V – Comissões Permanentes de:

a) Ética;

b) Ética em Pesquisas;

c) Residência Médica;

d) Controle de Infecção Hospitalar;

e) Padronização de Medicamentos;

f) Prontuários Médicos;

g) Verificação de Óbitos;

h) Educação Permanente.

**Parágrafo único.** A estrutura e atribuições dos Departamentos, Divisões, Coordenações Setoriais e Comissões, referidas neste artigo, serão propostas pelo Diretor Médico-Assistencial e homologadas pelo Conselho Deliberativo.

**Art. 16.** São atribuições do Diretor Médico-Assistencial:

I – estimular e colaborar para o aperfeiçoamento dos médicos e do pessoal técnico do IJB;

II – assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do corpo clínico e dos demais profissionais de saúde;

III – assegurar plenas condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

IV – estimular ações e atividades de intercâmbio e convivência do corpo clínico do IJB com os corpos docente e discente da UFCG;

V – zelar pelo estreito relacionamento administrativo com as Unidades Acadêmicas que desenvolvam atividades no IJB;

VI – designar as chefias dos departamentos, divisões e coordenações que lhe são subordinadas;

VII – estabelecer rotinas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados;

VIII – assegurar a melhor assistência à clientela da instituição;

IX – promover a integração das ações do corpo clínico com programas oficiais;

X – encaminhar às Comissões de Ética e de Ética em Pesquisa consulta relativa a quaisquer assuntos de natureza ética e/ou bioética, relacionados ao exercício profissional e ao respeito à cidadania;

XI – propor à Diretoria Geral a criação de Departamentos, Divisões, Coordenações e/ou Comissões, mediante a apresentação de projeto;

XII – cumprir e fazer cumprir as normas técnicas e administrativas, emanadas da legislação específica, do Conselho Deliberativo e das Comissões técnicas permanentes do IJB;

XIII – cumprir e fazer cumprir as determinações do Estatuto, do Regimento da UFCG e deste Regimento;

XIV – elaborar relatórios trimestrais das atividades da Diretoria Médico-Assistencial e encaminhá-los à Diretoria Geral;

XV – responder administrativamente perante os órgãos competentes pelos procedimentos praticados aos pacientes atendidos pelo IJB;

XVI – representar a Diretoria Médico-Assistencial no Conselho Deliberativo.

#### **CAPÍTULO IV DA ESCOLHA DOS DIRETORES EXECUTIVOS**

**Art. 17.** A escolha do Diretor Geral dar-se-á mediante processo eletivo direto, normatizado pelo Colegiado Pleno da UFCG, podendo candidatar-se professores lotados no UACV/CFP/UFCG, em regime de dedicação exclusiva, ou servidores técnico-administrativos de nível superior, lotados no IJB, em regime de 40 horas semanais, integrantes do quadro permanente da UFCG, com um mínimo de 03 (três) anos de efetivo exercício na função.

**Parágrafo único.** O Diretor Geral será eleito para um mandato de 04 (quatro) anos, sem direito a recondução.

**Art. 18.** O Diretor Administrativo será escolhido pelo Reitor, mediante lista tríplice aprovada pelo Conselho Deliberativo, dentre os nomes constantes em lista sêxtupla, proposta pelo Diretor Geral.

**Art. 19.** O Diretor Médico-Assistencial será eleito pelo Corpo Clínico do IJB, mediante consulta regulamentada pelo Conselho Deliberativo e nomeado pelo Reitor.

**Art. 20.** As chefias de departamento, divisões e coordenações serão exercidas por professores ou servidores técnico-administrativos de nível superior, designados pelo Diretor Geral, a partir de indicação da Diretoria a qual estão vinculados.

#### **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 21.** Os usuários e profissionais em atividade no IJB estão subordinados às normas administrativas, funcionais e disciplinares, emanadas da UFCG, deste regulamento e da legislação em vigor.

**Art. 22.** O quadro de plantonistas do IJB é elaborado pelos chefes de departamento e deve ser aprovado e administrado pela Diretoria Médico-Assistencial, e homologado pelo Diretor Geral, obedecendo às normas e rotinas previamente estabelecidas, ficando seus integrantes subordinados, funcional e tecnicamente, às respectivas chefias departamentais.

**Art. 23.** É vedado a qualquer servidor em atividade no IJB o fornecimento de documentos usando o nome da Instituição, atribuição privativa do Diretor Geral, salvo as previstas no regimento do exercício profissional.

**Art. 24.** Os equipamentos e os materiais permanentes do IJB, seja qual for a sua procedência, serão incorporados ao patrimônio da UFCG, ressalvados os casos de impedimento previstos em convênios e contratos celebrados.

**Art. 25.** As internações hospitalares dar-se-ão exclusivamente por meio dos ambulatórios do IJB ou de seu Serviço de Emergência, sempre requisitadas por profissionais do corpo clínico e condicionadas à disponibilidade de vagas no momento das solicitações.

**Parágrafo único.** Os procedimentos e leitos disponíveis serão destinados, exclusivamente, ao atendimento pelo SUS.

**Art. 26.** Os usuários atendidos no IJB deverão ser orientados quanto às normas do hospital, bem como no que concerne ao contato com os alunos dos diferentes cursos que nele estagiam.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 27.** A partir da vigência deste Regimento, o IJB terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias para encaminhar, ao Conselho Deliberativo, propostas do Regulamento Interno dos seguintes setores:

- I – Divisões;
- II – Departamentos;
- III – Coordenações Setoriais;
- IV – Comissões Permanentes.

**Art. 28.** A Diretoria Médico-Assistencial tem um prazo de 120 (cento e vinte dias), a partir da aprovação deste Regimento, para encaminhar, ao Conselho Deliberativo, o Regulamento Interno do Corpo Clínico do IJB.

**§ 1º** O Regulamento Interno do Corpo Clínico do IJB incluirá a criação do Conselho Técnico do IJB, órgão de natureza consultiva da Direção Médico-Assistencial.

**§ 2º** O Presidente do Conselho Técnico, eleito por seus pares, exercerá a função de Coordenador do Corpo Clínico, com a função precípua de intermediar as relações deste último com a Direção do IJB.

**Art. 29.** A partir da vigência deste Regimento, o Diretor Geral terá um prazo de 15 (quinze) dias para instalar o Conselho Deliberativo.

**Art. 30.** A partir da vigência deste Regimento, a Administração Superior da UFCG encaminhará ao Colegiado Pleno, no prazo de 30 dias, minuta de resolução que regulamentará o processo de escolha dos dirigentes do IJB.

**Art. 31.** Em caráter excepcional, o Diretor Médico-Assistencial *pro tempore* será escolhido e designado pelo Reitor, mediante lista tríplice encaminhada pelo Diretor Geral.

**Art. 32.** Os casos omissos neste Regimento serão deliberados pelo Conselho Deliberativo e encaminhados ao Colegiado Pleno da UFCG.

**Art. 33.** Este Regimento entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário e tem caráter emergencial, para fins legais, antes da aprovação do colegiado pleno da UFCG.